

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.937 - MS (2019/0192120-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : W G F (PRESO)
ADVOGADOS : EDVALDO FERREIRA GARCIA - SP149110
GERALDO ALVES DA SILVA - MG095692
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por W G F contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, que denegou a ordem no *Writ* n. 1404467-66.2019.8.12.0000 para manter a segregação cautelar do recorrente, decretada nos autos da ação penal em que foi denunciado pela prática dos delitos previstos no art. 2º da Lei n.º 12.850/2013, bem como no art. 171, *caput*, e no art. 344, ambos do Código Penal.

Sustenta o recorrente a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que não teria sido apresentada fundamentação idônea para a decretação da custódia cautelar, porquanto embasada na gravidade em abstrato do delito, em tese, cometido, malferindo o art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Ressalta que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a sua liberdade poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal, reputando ausentes os requisitos da medida extrema, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Argumenta que não poderia o Tribunal local inovar na argumentação para manter sua constrição processual.

Aduz que não seria autor do delito que lhe é imputado e o decreto de segregação é extemporâneo, pois fundado em relatório da COAF embasado em informações oriundas do ano de 2015, e "*se revela por movimento financeiro de empresa EIRELI cujo recorrente nunca foi o titular*" (e-STJ fl. 264).

Defende que, caso seja condenado, o paciente poderá se beneficiar com cumprimento da pena em regime mais brando que o fechado, motivo pelo qual estaria demonstrada a desproporcionalidade da custódia na hipótese dos autos.

Acrescenta ser primário, ostentar bons antecedentes, possuir residência fixa, ocupação lícita e família constituída, predicados que lhe autorizariam a responder ao processo em liberdade.

Alega, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, que, com o advento da Lei n.º 12.403/2011, somente poderá ser decretada quando se mostrarem insuficientes e inadequadas as medidas alternativas ao encarceramento, o que não seria a hipótese dos autos.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do reclamo para que seja revogada sua prisão preventiva, concedendo-lhe liberdade provisória, ainda que impostas as medidas cautelares do art. 319 do CPP.

Oferecidas contrarrazões (e-STJ fls. 282-299), os autos ascenderam para este Tribunal Superior, onde a liminar foi indeferida.

Solicitadas informações, essas foram devidamente prestadas (e-STJ fls. 340-344 e 357).

Superior Tribunal de Justiça

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo improvimento do inconformismo (e-STJ fls. 350-352).

É o relatório.

Dos elementos colacionados, infere-se que o recorrente foi preso preventivamente, **no dia 19-3-2019**, pela suposta prática dos crimes previstos no art. 2º, da Lei n.º 12.850/2013 e arts. 171, *caput*, e 344, ambos do Código Penal, supostamente porque associado de forma estável e permanente, em organização criminosa estruturalmente ordenada e mediante divisão de tarefas, obteve, para si e outrem, em prejuízo alheio, vantagem econômica indevida, mantendo diversas vítimas em erro, mediante artifício e ardil, além de utilizar de grave ameaça contra pessoa em processo judicial, para favorecer interesse próprio.

Quanto aos fatos, consta da denúncia o seguinte:

Conforme apurado por investigações realizadas pela Polícia Federal, o denunciado, juntamente com os denunciados nas ações penais nº 0009613-69.2017.8.12.0800, nº 0009613-69.2017.8.12.0001 e nº 0016919-27.2018.8.12.0001, integrou organização criminosa com atuação em mais de um Estado da Federação, cuja finalidade precípua era a obtenção de grande numerário de valores pecuniários e bens patrimoniais, mediante induzimento a erro de inúmeras vítimas, nos moldes estampados na definição do crime de estelionato.

A fraude empregada pelos denunciados teve origem e fundamento na estória de um antigo e fictício negócio, relacionado com a compra e venda de grande quantidade de ouro, negociação esta que teria sido intermediada por Celso Araújo, avô de Celso Eder.

Os pagamentos dessa suposta transação teriam ocorrido em bancos estrangeiros e, pela intermediação nessa suposta transação, Celso Araújo teria direito a uma comissão, cujo valor superaria o valor de 1 trilhão de reais, quantia esta que, embora já repatriada, conforme ventilavam os denunciados, estaria bloqueada pelo Banco Central do Brasil, no aguardo de liberação para aqueles que contribuíssem com a liberação mediante pagamentos. Para a liberação deste valor astronômico, as vítimas eram convencidas, com falsas promessas, a “adiantar” uma determinada quantia em dinheiro (ou “aporte” como denominavam os denunciados, geralmente em torno de R\$ 1.000,00 ou múltiplos desse valor, na proporção de 1/1 ou 1/5, no qual, neste último, pagava-se a quantia de R\$ 1.000,00 e recebia R\$ 5.000.000,00) que deveria ser depositada nas contas bancárias dos denunciados e, em troca, essas pessoas teriam direito a receber 1.000 (mil) vezes o valor “investido” (adiantado).

Superior Tribunal de Justiça

Os valores a serem recebidos pelas vítimas tinham origem em um documento registrado pelo avô de Celso Éder, Celso de Araújo, “Escritura Pública Declaratória de Averbação de Direito e Crédito Recebíveis EB-Protocolo nº 30.774/201 Livro: 694 Folha: 078”, na intenção de dar um viés de legalidade, credibilidade e validade a um negócio tipicamente fraudulento, uma vez que inexistia qualquer bem em negociação, tratando-se de documento falso.

Desse modo, os denunciados formalizavam com as vítimas Contratos de Cessão de Direitos e Obrigações e Instrumentos Particulares de Cessão de Doação Financeira, todos com firmas reconhecidas em cartório.

Durante a investigação empreendida pela Polícia Federal foram identificadas quatro categorias dessa organização criminosa: os “Paymaster”, os “Escriturários”, os “Corretores” e os “Participantes/Investidores”.

Os “Paymaster” são os donos da Operação-Mãe, os cabeças de toda a organização criminosa.

Os “Escriturários” são os autorizados pelos “Paymaster” a venderem “aportes” para terceiros que, conforme estimativas, passam de dezenas, dentre eles, citam-se Celso Eder Gonzaga de Araújo, Anderson Flores de Araújo, Sidnei Dos Anjos Però.

Os “Corretores”, que passam de centenas, inclusive tendo envolvimento direto de líderes religiosos, estão espalhados em todo o território nacional e são os contratados pelos “Escriturários” para negociarem os “aportes”, mediante percentual do investimento, de modo que possuem a função de venderem os “aportes” e convencerem as vítimas a “investirem”, dando viés de credibilidade e legalidade ao negócio, vez que, em tese, estariam negociando um título mobiliário legítimo, isto é, um “aporte” financeiro legalmente estabelecido.

Os “Participantes/Investidores” são as vítimas em potencial do golpe, que devem passar de dezenas de milhares espalhadas por todo o País, sendo que eles têm contato somente com os “Corretores” que oferecem, convencem e recebem os valores “aplicados” e entregam os respectivos contratos, quando existentes.

Há 02 (dois) grandes grupos. O grupo 1 denominado “Operação Celso”, também conhecida como AUMETAL, chefiado por Celso Eder Gonzaga de Araújo e Anderson Flores de Araújo, que seria aquela que foi “herdada” ou mesmo “transferida” do avô de Celso Éder, Celso de Araújo, para seu neto, que juntamente com Anderson Flores de Araújo permanecem à frente do “negócio” (apurada na Ação Penal nº 0009613-69.2017.8.12.0800).

Superior Tribunal de Justiça

O grupo 2 é denominado “Operação SAP”, iniciais de seu mentor Sidnei Dos Anjos Però.

Restou apurado que o denunciado integra o grupo da “Operação Celso”, chefiado por Celso Eder Gonzaga de Araújo e, por possuir habilidades na área de marketing e influenciador digital, possui a função de espalhar por meio das redes sociais Facebook, Instagram e Youtube, e aplicativos de conversação WhatsApp e Telegram, falsas notícias e informações da licitude e legitimidade da Operação, em permanente manipulação psicológica e moral às vítimas que participam dos grupos e listas de transmissão, com publicação de áudios e vídeos, com a finalidade de convencer que o dinheiro existe e faltam somente alguns procedimentos para liberação dos pagamentos dos investidores, desmerecendo e denegando toda e qualquer atuação policial e judicial.

Em virtude da grande influência que WILLIAN GIL exerce, mais investidores passaram a adquirir “aportes”, induzindo falsamente as vítimas que tão logo receberão os valores, de modo que, não obstante a prisão dos denunciados, a organização criminosa ainda obtém vantagem ilícita, em prejuízo de um grande número de pessoas, induzidas e mantidas em erro mediante uso de artil e diversos meios fraudulentos. Assim, o denunciado encontra-se na categoria “Corretores”.

Ainda, o denunciado passou a oferecer Letras do Tesouro Nacional (LTR), conforme se observa dos vídeos juntados no presente Inquérito Policial, a título de doação às vítimas que aceitassem efetuar pagamentos no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) pela perícia que deveria ser realizada pelo Comentarista Bandeira, autointitulado como perito judicial do Conselho Nacional dos Peritos Judiciais com sede no Rio de Janeiro/RJ, cujas LTR não possuem valor financeiro face ao prazo de validade vencido, sendo que WILLIAN GIL afirma com veemência que as LTR possuem valor financeiro internacional, ludibriando e mantendo em erro as vítimas que efetuam o pagamento.

Após o oferecimento da primeira denúncia (autos nº 0009613-69.2017.8.12.0800), WILLIAN GIL passou a ameaçar as testemunhas arroladas na Ação Penal: William Urbietta Martins, Pablo de Oliveira da Silva e Maria Eliete Véspero, com o fito de manter o recebimento da vantagem ilícita, bem como divulgou dados pessoais das testemunhas arroladas no processo a diversos grupos e redes sociais incitando as pessoas que ainda acreditam na Operação a entrarem em contato com as testemunhas e questionarem-lhe a razão de depor contra a Operação e

Superior Tribunal de Justiça

imputando-as a responsabilidade do não recebimento dos valores.

WILLIAN GIL age de forma ameaçadora e intimidatória contra toda e qualquer pessoa que o enfrenta e afirma que a Operação é uma fraude, divulgando abertamente os trâmites dos processos em andamento, além dos dados pessoais das testemunhas, que passam a sofrer ameaças de diversas pessoas, além do próprio denunciado. (e-STJ fls. 359-363)

Verifica-se que o Juízo singular, atendendo representação da autoridade policial referendada pelo *Parquet* estadual, decretou a prisão preventiva do recorrente por entender a medida necessária, principalmente, para o fim de restabelecer e preservar a ordem pública, considerando que a *"prova da materialidade do delito encontra-se evidenciada pelos documentos apresentados pela autoridade policial, sendo: relatório de investigação do COAF, conversas do representado por meio do WhatsApp, bem como vídeos e audios gravados por ele com referência à Operação Ouro de Ofir e Aumetal, em que faz propaganda dos papéis de LTN's apreendidos na referida operação, entre outros. E, ainda, forçoso o reconhecimento da autoria sobre o representado em virtude das provas acostadas aos autos em seu desfavor"* (e-STJ fls. 110-111).

Enfatizou, na ocasião, que *"a modalidade de execução do tipo penal, a gravidade concreta da ação criminosa e a personalidade do representado denotam que é necessária a segregação cautelar para a garantia da ordem pública, sendo evidente a possibilidade de reiteração criminosa"* (e-STJ fl. 112).

Instado a reconsiderar o decreto de segregação processual, consignou o Magistrado primevo que *"o golpe apurado na denominada 'Operação Ouro de Ofir' ainda continua se perpetuando e o requerente estaria promovendo novo golpe em que Letras do Tesouro Nacional (LTN's) são negociadas de forma fraudulenta e atuando como influencer dentro da organização, divulgando vídeos e áudios por inúmeras pessoas/vítimas"* (e-STJ fls. 169-170).

Inconformada, a defesa ingressou com *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que, por sua vez, denegou a ordem visada para ratificar a segregação processual, sobretudo a bem da ordem pública, fragilizada diante da gravidade concreta da infração, ressaltando que *"o paciente integra uma organização criminosa formada por várias pessoas, destinada à captação de incalculável valor em dinheiro, e que já teria lesado milhares de pessoas mediante ardis que configuram delitos de estelionato. Aí reside a gravidade dos delitos, diante da dimensão dos atos e da quantidade de possíveis vítimas"* (e-STJ fl. 221).

Destacou, na oportunidade, que *"o grupo atua em mais de um Estado da Federação"* (e-STJ fl. 221), e *"continua desempenhando suas atividades criminosas, sendo que para isso vem utilizando terceiras pessoas, conforme referido pela decisão, daí a necessidade de afastamento do meio social de qualquer de seus componentes, como forma de impedir a reiteração delitiva"* (e-STJ fl. 222).

Sopesou a Corte local, ademais, que *"as condições pessoais favoráveis não autorizam de forma automática a revogação da custódia preventiva, principalmente quando presentes os pressupostos da legislação processual pertinente, como ocorre no caso em voga"* (e-STJ fls. 222-223).

Ponderou o Órgão Colegiado, por fim, ser *"inviável a aplicação das*

Superior Tribunal de Justiça

medidas cautelares diversas da prisão descritas no artigo 319 do Código de Processo Penal, tendo em vista o risco de reiteração delitiva e as demais circunstâncias retro mencionadas que apontam tais medidas como insuficientes no acautelamento da ordem pública" (e-STJ fl. 223).

Delineado o contexto fático processual, inicialmente, não há que se falar que o acórdão impugnado tenha inovado na argumentação ao manter a constrição provisória do paciente, isso porque, os fundamentos lançados pela Corte Estadual, já tinham sido utilizados pelo Magistrado singular quando da ordem de prisão originária e na decisão que indeferiu o pleito para sua revogação.

Verifica-se, na espécie, que o órgão colegiado apenas reforçou os argumentos utilizados para justificar a necessidade da aplicação da medida extrema, razão pela qual não se vislumbra qualquer ilegalidade na decisão vergastada quanto ao ponto, cumprindo destacar que as razões adotadas pela Magistrada primeva nitidamente se basearam nas declarações do Ministério Público da origem quando da audiência de custódia.

Nesse diapasão:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. DESCLASSIFICAÇÃO. TESE NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. DESPROPORCIONALIDADE ENTRE A SEGREGAÇÃO PREVENTIVA E PENA PROVÁVEL. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. NATUREZA E QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. IMPETRAÇÃO NÃO CONHECIDA.

[...]

6. Não há falar em inovação de fundamentação por parte do acórdão impugnado, em recurso da defesa, em nítida complementação aos fundamentos do decreto construtivo, uma vez que este detalhou as circunstâncias concretas em que os 400g de cocaína foram encontrados dentro do carro em que estava o paciente, relacionando-os com o aumento do tráfico na região da comarca.

[...]

9. Habeas corpus não conhecido.

(HC 491.479/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 01/04/2019)

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MODUS OPERANDI DA CONDUTA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. HOMICÍDIO PRATICADO POR MOTIVO FÚTIL MEDIANTE RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. PACIENTE FORAGIDO DESDE A DATA DO FATO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS.

Superior Tribunal de Justiça

IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

[...]

2. *Inexiste inovação de fundamento pela Corte de origem quando esta, para manter a prisão preventiva, utiliza-se dos mesmos motivos expostos pelo Juiz de primeiro grau nas decisões de decretação e manutenção da custódia processual.*

[...]

7. *Ordem de habeas corpus denegada.*

(HC 471.630/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/05/2019, Dje 03/06/2019)

De mais a mais, no que tange à aventada falta de fundamentos da preventiva, forçoso reconhecer que a medida extrema se encontra devidamente embasada no previsto no art. 312 do CPP, mostrando-se necessária, notadamente, para o fim de preservar a ordem pública, vulnerada diante da periculosidade social do agente, bem demonstrada pelas graves circunstâncias em que ocorrido o fato criminoso.

Como orienta a doutrina, a prisão preventiva pode ser ordenada *"para fins externos à instrumentalidade, associada à proteção imediata, não do processo em curso, mas do conjunto de pessoas que se há de entender como sociedade. [...] A modalidade de prisão, para cumprimento desta última finalidade, seria a prisão para garantia da ordem pública", "quando se tutelar, não o processo, mas o risco de novas lesões ou reiteração criminosa"*, deduzidos, a princípio, da natureza e gravidade do crime cometido e da personalidade do agente (Comentários ao código de processo penal e sua jurisprudência, *Eugênio Pacelli de Oliveira e Douglas Fischer*, 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2012).

Na hipótese, merece destaque as circunstâncias em que se deram as supostas ações – perpetradas por organização criminosa instalada em diversos entes federativos, a qual mediante ardilosa trama financeira obteve, de numerosa quantidade de vítimas, milhões de reais em benefício de seus integrantes –, devendo ser ressaltado, ainda, que o ora recorrente teria ameaçado e constrangido testemunhas no curso do inquérito policial e da ação penal, chegando inclusive a divulgar notícias falsas sobre as instituições policiais responsáveis pela investigação.

Há, assim, perigo concreto na ação delituosa a justificar a manutenção da preventiva e a demonstrar a periculosidade do agente. Ou seja, bem demonstrado o *periculum libertatis* exigido para a ordenação e preservação da prisão cautelar.

Com efeito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que: *"O entendimento de que o fato criminoso em si não pode ser valorado para decretação ou manutenção da prisão cautelar não é consentâneo com o próprio instituto da prisão preventiva, já que a imposição desta tem por pressuposto a presença de prova da materialidade do crime e de indícios de autoria. Se as circunstâncias concretas da prática do crime revelam a periculosidade do agente e o risco de reiteração delitiva e, por conseguinte, à ordem pública, justificada está a decretação ou a manutenção da prisão cautelar, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria"* (RHC 106.697, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 03/04/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-093 DIVULG 11-05-2012 PUBLIC 14-05-2012).

Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes desta Corte Superior de

Superior Tribunal de Justiça

Justiça:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ESTELIONATO, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, USO DE DOCUMENTO PÚBLICO FALSO E RECEPÇÃO. PREVENÇÃO DE ÓRGÃO FRACIONÁRIO. NULIDADE RELATIVA. AUSÊNCIA DE ARGUIÇÃO NA FORMA E NO MOMENTO PROCESSUAL ADEQUADO. PRECLUSÃO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE CONCRETA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. ORDEM DENEGADA.

1. A inobservância da regra de competência por prevenção do Juízo traduz-se em nulidade relativa, que deve ser suscitada na forma e no momento processual adequado, com a demonstração do efetivo prejuízo, o que não ocorreu na espécie.

2. **O decreto prisional encontra-se suficientemente fundamentado, pois ressaltou a gravidade concreta do crime**, evidenciada pela participação do Paciente em organização criminosa voltada ao cometimento de crimes contra o patrimônio - em especial, golpes em cooperativas - em diversas cidades do Estado do Rio Grande do Sul, bem como o risco concreto de reiteração delitiva, já que o Acusado responde a 14 (quatorze) processos pela suposta prática do crime de estelionato, ostentando, inclusive, condenação em outros dois.

3. Ordem denegada.

(HC 505.971/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 19/08/2019 - grifamos)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. ESTELIONATO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. REITERAÇÃO DELITIVA. PERICULOSIDADE SOCIAL DO AGENTE DEMONSTRADA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. [...]

3. **Na hipótese, as instâncias ordinárias demonstraram a necessidade da medida extrema em razão, sobretudo, da periculosidade social da paciente, evidenciada não apenas pela gravidade concreta das condutas que lhe foram imputadas e pelo modus operandi empregado** (golpes dados por telefonema contra vítimas idosas, com alternância de coautores, que se passavam por advogados, e com uso de equipamentos para leitura de dados magnéticos e pesquisa em sistemas de dados armazenados dos aposentados), **mas também em razão das circunstâncias fáticas que indicam a recidiva dos fatos criminosos relatados, apontando para o risco real de reiteração delitiva**, caso seja a acusada posta em liberdade, notadamente ante a existência de mais de 30 ocorrências de estelionatos no Estado de Minas Gerais com o mesmo modus operandi, possivelmente praticados pela mesma associação criminosa, a indicar sua propensão para a prática delitiva, tal como

Superior Tribunal de Justiça

ressaltou o acórdão impugnado. Prisão preventiva devidamente justificada para a garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do CPP.

4. Eventuais condições subjetivas favoráveis à paciente, tais como primariedade, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva. Precedentes.

5. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada no risco concreto de que a acusada, uma vez posta em liberdade, volte a delinquir. Precedentes.

6. Habeas corpus não conhecido.

(HC 496.380/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 05/08/2019 - grifo nosso)

Além disso, a medida extrema mostra-se imprescindível, na espécie, pois, segundo já decidiu o Supremo Tribunal Federal, "a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (HC n.º 95.024/SP, Primeira Turma, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 20/02/2009).

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. writ IMPETRADO COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO LEGALMENTE PREVISTO. INADEQUAÇÃO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO, LAVAGEM DE DINHEIRO E CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO PREVENTIVA. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AGRAVANTE QUE SUPOSTAMENTE INTEGRA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA RESPONSÁVEL PELO TRÁFICO DE ENTORPECENTES EM REGIÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. GRUPO DOTADO DE COMPLEXA ESTRUTURA, MOVIMENTANDO GRANDE QUANTIDADE DE DROGAS E DINHEIRO DECORRENTE DA MERCANCIA ILÍCITA. PRISÃO EXTEMPORÂNEA. ALEGAÇÃO INSUBSISTENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

4. Encontra-se pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça que o modus operandi e a periculosidade demonstrada por associação criminosa constituem motivação idônea à decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código Penal. Ademais, a segregação cautelar, no caso, é remédio para estancar as atividades da organização criminosa.

[...]

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 507.173/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 13/08/2019)

RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA.

Superior Tribunal de Justiça

ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVOS IDÔNEOS. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

3. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que é cabível a custódia provisória dos investigados, a fim de garantir a ordem pública, como forma de cessar as atividades do grupo criminoso. Precedentes.

4. Recurso não provido.

(RHC 114.455/PB, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 27/08/2019)

Nesse contexto, a prisão preventiva está suficientemente embasada e merece ser mantida, principalmente a bem da ordem pública, constantemente abalada por condutas como a que ora se examina, circunstâncias que afastam o suposto constrangimento de que seria vítima o recorrente, não havendo que se falar em constrangimento ilegal.

Registre-se ainda que, consoante orientação jurisprudencial desta Corte Superior de Justiça, as alegadas condições pessoais favoráveis, **sequer comprovadas nos autos**, não têm o condão de, isoladamente, desconstituir a prisão preventiva, quando há nos autos elementos hábeis que autorizam a manutenção da medida extrema, como ocorre *in casu*.

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CUSTÓDIA PREVENTIVA. NEGATIVA DE AUTORIA. ANÁLISE FÁTICO-PROBATÓRIA. PRISÃO EM FLAGRANTE. AUSÊNCIA DO ESTADO FLAGRANCIAL. IRREGULARIDADE SUPERADA PELA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.

[...]

5. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ que as condições favoráveis do recorrente, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada.

6. Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido.

(RHC 98.538/CE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 04/02/2019)

Outrossim, deve ser destacado que, concluindo-se pela imprescindibilidade da preventiva, fica clara a inaplicabilidade das medidas cautelares diversas da prisão, uma vez que, além de haver motivação apta a justificar o sequestro corporal a bem da ordem pública, a sua incidência não se mostraria adequada e suficiente para reprimir a atividade ilícita desenvolvida pelo paciente.

Como vem decidindo esta Corte Superior: "*Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, dadas as peculiaridades do caso, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes*" (RHC 105.393/AL, Rel. Ministro

Superior Tribunal de Justiça

ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 01/02/2019).

Em arremate, não é possível analisar a aventada extemporaneidade do decreto de prisão preventiva, sua desproporcionalidade ou a alegada negativa de autoria, já que referidas questões não foram examinadas pela Corte de origem no acórdão impugnado, o que impede a apreciação diretamente por este Superior Tribunal, dada a sua incompetência para tanto e sob pena de indevida supressão de instância, consoante reiterados julgados deste Sodalício. Nesse sentido, vide o acórdão no RHC 113.024/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 22/08/2019.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, *a e b*, do RISTJ, **conheço em parte** do presente recurso ordinário em *habeas corpus* e, nesse ponto, **nego-lhe provimento**.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal. Após o trânsito em julgado, baixem-se os autos.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **Jorge Mussi**
Relator